



INSTITUTO FEDERAL

Catarinense

Campus Rio do Sul

PLANO DE ENSINO

CURSO: Licenciatura em Matemática	MODALIDADE: Presencial
DISCIPLINA: Políticas Educacionais: estruturas e sistemas	CÓDIGO: NPED 16
SÉRIE / FASE DO CURSO: 7ª fase	
TURMA(S): Licenciatura em Matemática	
SEMESTRE LETIVO: 1-2016	
CARGA HORARIA: 80 aulas ou 60 h/semestre – 4 aulas ou 3 h/semana (4 créditos)	
PRE REQUISITOS: não tem	
PROFESSOR: Moacir Gubert Tavares	

I- JUSTIFICATIVA

A abordagem do conteúdo da disciplina de Políticas e Sistemas Educacionais, no âmbito da formação de professores, implica compreender este campo específico de estudo e investigação e o modo como as políticas se constituem enquanto prática social. A formação de professores dispostos a assumir a condição de sujeitos históricos, conhecedores dos limites e possibilidades do seu tempo, requer destes a capacidade de interpretar políticas, programas e ações educacionais, bem como a sua vinculação com as concepções filosóficas predominantes em cada momento histórico. A partir dessas questões, torna-se possível compreender a relevância desta disciplina para a formação de professores, e, por conseguinte, para a atuação destes profissionais na realidade escolar.

II- EMENTA

Organização do ensino brasileiro. Legislação educacional e as políticas públicas. Implantação das políticas públicas em educação. Sistemas educacionais.

III- OBJETIVO GERAL

Analisar a constituição das políticas de ensino no Brasil e suas respectivas implementações pelos Sistemas de Ensino através dos entes federativos, a fim de oportunizar ao futuro educador uma postura crítica e reflexiva da educação brasileira - sua trajetória histórica, gestão e políticas educacionais.

IV- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualizar historicamente as políticas educacionais, abordando experiências sob a ótica de gênero, raça/etnia e classe sociais.
- Analisar o processo histórico que levou a elaboração das LDBs ao longo da história de educação brasileira.

- Refletir sobre os impactos das legislações educacionais brasileiras – LDBENs (1961, 1971, 1996), no desenvolvimento das políticas públicas para o ensino no Brasil.
- Compreender criticamente o texto da LDB 9394/96 no que diz respeito a estrutura administrativa do ensino brasileiro e os aspectos específicos do ensino fundamental e médio.
- Conhecer os principais aspectos da organização das escolas de ensino fundamental e médio.
- Compreender a organização do ensino brasileiro, por meio das relações ideológicas neoliberais que envolveram o Brasil, especialmente a partir da década de 1990.
- Analisar o papel do Estado na definição das políticas públicas de educação no Brasil, pós LDBEN 9394/96.
- Discutir a influência dos organismos multilaterais nas políticas educacionais no Brasil, pós LDBEN 9394/96;
- Discutir as políticas públicas e os processos de gestão nos sistemas (municipal, estadual e federal).

V- CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Mês/ Unidades	Conteúdos	Procedimentos	Carga- horária T/P ¹
I	<p>Bloco I: Organização do ensino brasileiro</p> <p>1.1 O educador e a Lei: reflexões iniciais.</p> <p>1.2 O desenvolvimento histórico da Organização do ensino brasileiro no período do Brasil Colônia, Império e 1ª República.</p> <p>1.3 As Constituições Federais a partir da 2ª República e a Educação.</p> <p>1.4 Reforma Francisco Campos e Capanema.</p> <p>1.5 As Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e seu processo de constituição histórico (avanços e recuos):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Lei 4.024/1961; - Lei 5.692/1971; - Lei 9394/1996. 	<ul style="list-style-type: none"> - aulas teóricas expositivas e dialogadas; - debates e discussões; - tarefas em grupos; - leituras e produção de sínteses reflexivas. 	28
II	<p>Bloco II: Políticas e Legislação da Educação a partir da LDB 9394/96:</p> <p>2.1 Estrutura administrativa do ensino brasileiro na LDB – Lei 9394/96:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Objetivos, princípios e fins da educação nacional. 	<ul style="list-style-type: none"> - aulas teóricas expositivas e dialogadas; - debates e discussões; - tarefas em grupos; - produção de texto reflexivo; - estudo, análise e discussão de textos/leis; - pesquisa de campo e/ou 	40

¹ T = Carga Horária Teórica; P = Carga Horária Prática.

	<ul style="list-style-type: none"> - O direito à educação e o dever de educar. - Estrutura Organizacional do Ensino: entes federativos e seus respectivos sistemas de ensino e órgãos normatizadores – CNE, CEE e CME. - Os níveis e as modalidades de educação e ensino. - A formação e a carreira dos profissionais da educação. - A valorização dos profissionais da educação (piso salarial nacional, carreira e condições de trabalho): realidade e desafios. <p>2.2 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - Lei 9394/96 – e o ensino Fundamental e Médio:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização do Ensino Fundamental e Ensino Médio. - Currículo Escolar. - Avaliação. - Base Nacional Curricular Comum. <p>2.3 Políticas Educacionais pós LDBEN 9394/96:</p> <p>2.3.1 O pensamento neoliberal na produção e implementação das políticas educacionais.</p> <p>2.3.2 Conferência de Jomtien e a Educação para o século XXI.</p> <p>2.3.3 Municipalização do Ensino no Brasil e em SC.</p> <p>2.3.4 O Plano Nacional de Educação – Lei. Nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001 e o Projeto de lei que cria o PNE - 2011 a 2020.</p> <p>2.3.5 Projeto Político Pedagógico e a construção de uma educação de qualidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> bibliográfica; - seminários temáticos; - análise de artigos; - prova escrita. 	
III	<p>Bloco III: Papel do Estado no desenvolvimento das Políticas Educacionais do Brasil nos anos 10 do século XXI:</p> <p>3.1 Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE</p> <p>3.2 Estrutura Organizativa do MEC – Ações e Programas:</p> <p>3.2.1 Educação Básica (SEB)</p> <p>3.2.2 Educação Continuada,</p>	<ul style="list-style-type: none"> - aulas teóricas expositivas e dialogadas; - debates e discussões; - pesquisas no site do MEC; - seminários temáticos. 	12

	Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI); 3.2.3 Educação Profissional e Tecnológica (SETEC); 3.2.4 Educação Superior (SESu); 3.3 Articulação entre a CAPES e a Educação Básica.		
--	--	--	--

VI- METODOLOGIA

O trabalho estará fundamentado na participação do aluno e para isso serão utilizadas as seguintes estratégias:

- aulas teóricas expositivas e dialogadas;
- debates e discussões;
- tarefas em grupos;
- produção de textos reflexivos;
- estudo, análise e discussão de textos, leis e artigos científicos;
- seminários temáticos;
- documentários/vídeos;
- pesquisas no site do MEC;
- pesquisa de campo e/ou bibliográfica (seminários).

Recursos de ensino: multimídia, biblioteca, portal de periódicos da CAPES, sites de internet, e-mail, filmes/documentários, textos, documentos.

VII- AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (Conforme Organização Didática e Normatizações vigentes)

A avaliação é um processo por meio do qual é possível diagnosticar as aprendizagens dos alunos antes e depois da mediação docente e, desta maneira, redimensionar o planejamento de ensino. Nesse sentido, a avaliação da disciplina “Políticas e Sistemas Educacionais” será processual e contínua, considerando inicialmente os conhecimentos prévios (e tácitos) dos alunos, bem como as novas aprendizagens.

Os instrumentos e critérios de avaliação têm por finalidade estimular o aluno a buscar o conhecimento, expressá-lo e aplicá-lo na vida profissional e pessoal, tendo em vista uma prática social cooperativa e solidária. Nesse sentido, os alunos serão avaliados durante o processo ensino-aprendizagem, tendo em vista: a participação nos diversos momentos das aulas, a organização em relação ao material de leitura, o empenho nas discussões e tarefas, a pontualidade nas aulas e na entrega de trabalhos, a responsabilidade e o comprometimento com os pares e com o curso.

Serão adotados como principais instrumentos de avaliação, a fim de avaliar os conhecimentos adquiridos, capacidade de interpretar, elaborar sínteses, escrever e comunicar-se:

- trabalhos de pesquisa individuais ou coletivos;
- avaliações individuais (apresentação de seminários, provas e/ou produção de textos);
- produções de textos em grupo.

Os critérios de avaliação dos trabalhos levarão em conta:

a) Produção escrita individual ou em grupo: clareza de ideias; capacidade de análise, síntese e argumentação; coerência com o referencial bibliográfico estudado; correção textual; pontualidade na entrega conforme cronograma acordado (**Obs.: Trabalhos entregues atrasados terão nota/conceito não superior a 60%. O prazo será até a aula posterior à data combinada. Após esta data não será mais aceito o trabalho.**).

b) Apresentação oral: participação e o envolvimento dos alunos no conjunto das atividades individuais e em grupo; clareza na exposição das ideias; coerência com o referencial bibliográfico estudado; capacidade de análise e argumentação (**Obs.: A falta no dia da apresentação do seminário implica em receber somente a avaliação do trabalho escrito, sem prejuízo aos demais membros do grupo que deverão explicar/apresentar o que caberia ao aluno faltante. Em caso de justificativa coerente, a critério do professor, poderá ser realizada uma atividade extra para recuperação da avaliação.**).

A média final será computada a partir dos resultados de três médias parciais:

M1 – Média das notas parciais de trabalhos de produção de textos, pesquisas bibliográficas, apresentações orais (seminários) e demais atividades realizadas em grupo.

M2 – Média das notas parciais de trabalhos de produção de textos, pesquisas bibliográficas, apresentações orais (seminários) e demais atividades realizadas individualmente.

M3 – Média das notas das provas escritas, realizadas individualmente.

Conforme o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática (aprovado em 2015), será considerado aprovado por média semestral da disciplina o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e média igual ou superior a 7,0 (sete inteiros), consideradas todas as avaliações previstas no plano de ensino da disciplina.

Caso o aluno tiver frequência igual ou superior a 75% mas não atinja o valor de média estabelecido acima, este terá direito a um exame final. Para ser aprovado, o aluno deverá atingir, no mínimo, média aritmética igual ou superior a 5,0 (cinco inteiros), entre a média semestral e nota do exame final.

Os alunos que reprovarem na disciplina e necessitem cursá-la novamente em outra turma deverão adequar-se a nova sistemática de nota superior a 6,0 (seis inteiros) sem direito ao exame final.

VIII- BIBLIOGRAFIA

Básica

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao FUNDEB**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SHIROMA, E. O; MORAES, M.C. M de; EVANGELISTA, O. **Política educacional**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Bibliografia Complementar

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; OLIVEIRA, Dalila Andrade (Orgs.). **Crise da escola e políticas educativas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GARÓFALO, G. L.; PINHO, T. F. (Orgs.). **Políticas públicas: limites e possibilidades**. São Paulo: Atlas, 2011.

MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 18. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

REDIN, E.; MORAES, S. C. **Políticas Nacionais de Educação Básica: um olhar sobre o Plano Nacional de Educação**. Educação Unisinos. v. 5, n. 8. São Leopoldo: Unisinos, 2011.

SAVIANI, Dermeval. **Educação brasileira: estrutura e sistema**. 8. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

Outras Referências

AMADOR, Milton C. P. **Ideologia e Legislação educacional no Brasil (1946-1996)**. Caçador: Valkart, 2002.

BARRETTO, Elba Siqueira (Org.). **Os currículos do ensino fundamental para as escolas brasileiras**. Campinas: Autores Associados; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96**.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRZEZINSKI, Iria (Org.). **LDB interpretada: diversos olhares se entrecruzam**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: ranços e avanços**. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.

FÁVERO, Osmar (Org.). **A Educação nas Constituintes Brasileiras 1823-1988**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

FRANCO, Maria Laura P. Barbosa et.al. **Ensino Médio e Técnico no Brasil e em Portugal: raízes históricas e panorama atual**. Campinas: Autores Associados, 2004.

FREITAG, B. **Escola, Estado e Sociedade**. São Paulo: Moraes, 1986.

FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.) **Educação e Crise do Trabalho: perspectivas do final de século**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Gestão, Financiamento e Direito à Educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. 2. ed. São Paulo: Xamã, 2002.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado**: no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Xamã, 2003.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio: disciplinas curriculares. Florianópolis: COGEN, 1998.

SAVIANI, D. **A Nova Lei da Educação**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SAVIANI, D. **Política e educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1987.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil**: dos jesuítas aos anos de 1980. Campinas: Autores Associados; Brasília: Ed. Plano, 2004.

IX- OBSERVAÇÕES

Cronograma

Meses	Datas	Carga horária (h)
Fevereiro	19; 26	6
Março	04; 11; 18	9
Abril	01; 08; 15; 16*; 29	15
Maio	06; 13; 20; 27	12
Junho	03; 10; 17; 24	12
Julho	01; 08	6
TOTAL		60 h/a

* Sábado

Os conteúdos abordados pela disciplina de “Políticas Educacionais: estruturas e sistema” apresentam interfaces com os conteúdos de outras disciplinas do curso. O primeiro bloco, que aborda a organização do ensino brasileiro sob a perspectiva histórica, exige a retomada dos conteúdos abordados na disciplina de História da Educação. O segundo bloco analisa, sob a ótica da legislação educacional, aspectos diversos relacionados aos conteúdos das disciplinas de Avaliação e Teorias Educacionais e Curriculares. Por fim, o terceiro bloco destaca as principais ações desenvolvidas atualmente pelas secretarias vinculadas ao MEC, o que inclui as políticas e programas criados e implementados pela SECADI. O estudo destas políticas, por sua vez, demanda a retomada das discussões realizadas na disciplina de Educação Inclusiva.

Rio do Sul, SC, ____ de fevereiro de 2016.

Prof. Moacir Gubert Tavares

Coordenador(a) de Curso

